



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	10882.003955/2003-45
<b>Recurso nº</b>	269.322 De Ofício
<b>Acórdão nº</b>	<b>3201-000.631 – 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	28 de fevereiro de 2011
<b>Matéria</b>	Processo Administrativo Fiscal
<b>Recorrente</b>	FAZENDA NACIONAL
<b>Interessado</b>	CONSÓRCIO EUROPA

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

Data do fato gerador: 31/01/1998, 28/02/1998, 31/03/1998, 30/04/1998, 31/05/1998, 30/06/1998,

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. RECURSO DE OFÍCIO. ALTERAÇÃO NO LIMITE DE ALÇADA. Deve ser imediatamente aplicado o novo limite de alçada para impedir a apreciação de recurso de ofício interposto quando vigente limite anterior. Com a publicação da Portaria MF nº 3, de 3 de janeiro de 2008, o limite de alçada para que o Presidente da Turma da DRJ recorra de ofício da decisão tomada passou de R\$ 500.000,00 para R\$ 1.000.000,00, o que impede o conhecimento de recurso de ofício no qual a desoneração do sujeito passivo tenha sido inferior a este novo valor.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso de ofício.

MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM

Presidente

MARCELO RIBEIRO NOGUEIRA - Relator

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Luis Eduardo Garrossino Barbieri, Daniel Mariz Gudino e Maria Regina Godinho de Carvalho (Suplente), Luciano Lopes de Almeida Moraes, ausente justificadamente Judith do Amaral Marcondes Armando Esteve presente a Procuradora da Fazenda Nacional.

Autenticado digitalmente em 05/05/2011 por MARCELO RIBEIRO NOGUEIRA, Assinado digitalmente em 05/05/

2011 por MARCELO RIBEIRO NOGUEIRA, Assinado digitalmente em 25/05/2011 por MERCIA HELENA TRAJANO DAM ORIM

Emitido em 26/09/2011 pelo Ministério da Fazenda

## Relatório

Adoto o relatório da decisão de primeira instância por entender que o mesmo resume bem os fatos dos autos até aquele momento processual:

*Trata-se do Auto de Infração à legislação da Contribuição para o Programa de Integração Social — PIS, lavrado em 08/12/2003, contra a contribuinte acima qualificada, para constituir o crédito tributário no valor de R\$ 119.357,42, com a exigência da contribuição, multa de ofício e juros de mora cabíveis até a data da lavratura, devido à apuração das seguintes irregularidades assim descritas no Termo de Verificação Fiscal, de fls. 76/77, peça integrante da autuação principal:*

### "INFORMAÇÕES PRELIMINARES

*A presente ação fiscal foi iniciada em atendimento ao programa de fiscalização denominado ROTEIRO PADRÃO — PESSOA JURÍDICA.*

*Trata-se de SEGUNDO EXAME, visando a esclarecer se o contribuinte reúne as condições necessárias para ser enquadrado na modalidade de "CONSORCIO".*

### PROCEDIMENTOS REALIZADOS

*1' Em 30 de julho de 2003, lavramos o Termo de Início de Fiscalização, ocasião em que o contribuinte também tomou ciência do Mandado de Procedimento Fiscal. O mencionado Termo continha intimação para que o contribuinte apresentasse alguns elementos.*

*2' Após análises mais aprofundadas a respeito da forma de organização do contribuinte, concluímos que o mesmo não reúne as condições necessárias para ser enquadrado na modalidade de "CONSORCIO", não atendendo às condições estabelecidas pela legislação de regência e atos complementares que definem as condições mínimas-exigidas para a modalidade.*

*3º A Secretaria da Receita Federal, esclarecendo a matéria, definiu sua posição através de reiteradas decisões a consultas a ela formuladas, ao longo dos últimos anos, tendo firmado entendimento de forma indiscrepante no seguinte sentido:*

- Para não ser equiparado a uma pessoa jurídica comum, o consórcio deve ser constituído para a execução de um único empreendimento e ter prazo de duração determinado;*

- O sujeito passivo da Cofins é a sociedade de fato formada para a exploração de múltiplos eventos, identificada como contribuinte pela legislação do Imposto de Renda;

- Por consórcio se denominada a sociedade não personificada, cujo objeto é a execução de determinado e específico empreendimento.

Inocorrendo a unicidade do empreendimento, como também constando do contrato que é por prazo indeterminado, o acordo firmado entre as sociedades não pode ser reconhecido como de natureza consorcial.

Trata-se, na essência, de Sociedade de Fato;

— Cabe a cada empresa consorciada, inclusive à administradora, a tributação bem como a emissão de Nota-Fiscal ou Fatura, levando-se em conta a participação que detém no empreendimento, sendo irrelevante, para este fim, o fato de o consórcio estar obrigado a ter inscrição própria no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

Para confirmar estas afirmações, citamos algumas dessas decisões:

Decisão SRRF/6ª RF/Disit nº272, de 20 de novembro de 1998;

Decisão SRRF/10ª RF/Disit nº139, de 31 de outubro de 2000;

1º Conselho de Contribuintes/l a Câmara/ Acórdão nº 101-86.540, de 18/05/1994;

Decisão SRRF/8ª RF/Disit nº 171, de 10 de julho de 2000.

Dispositivos Legais:

Arts. 278 e 279 da Lei nº6.404, de 1976, art. 215, II, do Decreto nº 3.000, de 1999, Instrução Normativa Conjunta SRF/STN/SFC nº 04, de 1997 e Ato Declaratório (Normativo) CST nº 21, de 1984.

4º Lavramos Termo específico para constatar este fato e intimamos o contribuinte a apresentar os livros e documentos fiscais obrigatórios a uma empresa comum, revestida de personalidade jurídica.

5º O contribuinte manteve o seu entendimento de que poderia operar sob a modalidade de "CONSÓRCIO", justificando que, por este motivo, não manteve escrituração na forma das leis comerciais e fiscais, bem como deixou de elaborar as demonstrações financeiras exigidas pela legislação fiscal, alegando que as mesmas, assim como as declarações, foram elaboradas e apresentadas pelas consorciadas.

6º Assim sendo, não nos restou outra alternativa a não ser procedermos ao Arbitramento do Lucro com base na Receita Bruta conhecida do contribuinte, apurada através do Livro

*Registro de Notas Fiscais de Serviços Prestados, cujas cópias autenticadas estão sendo anexadas ao presente feito, para exigir o IRPJ e a CSLL devidos em relação ao ano-calendário de 1998, bem como procedermos aos lançamentos de PIS e Cofins dos períodos de 01/1998 a 09/2003, uma vez que o contribuinte não efetuou qualquer recolhimento destes tributos em seu nome, bem como não os declarou em DCTF.*

*7º Os processos referentes ao PIS e à Cofins estão sendo elaborados em separado daquele que trata do IRPJ e da CSLL".*

*2. Cientificada dos autos de infração, em 18/12/2003, a contribuinte, por intermédio de sua advogada e bastante procuradora (Instrumento de Mandato de fls. 100), protocolizou impugnação (fls. 87/98), em 19/01/2004, oferecendo, em sua defesa, as seguintes razões de fato e de direito.*

*3. Preliminarmente, alega a decadência do crédito tributário ora formalizado, tendo em conta as disposições do art. 150, §4º do CTN. Transcreve jurisprudência administrativa.*

*4. No que tange à ilegalidade do consórcio formado pelos sócios participantes da sociedade em conta de participações, afirma não haver menção nas leis de regência, especialmente nos arts. 278 e 279 da Lei das Sociedades por Ações, a respeito da obrigatoriedade de o consórcio formar-se para viabilizar a realização de um único negócio jurídico e ter tempo de duração precisamente determinado.*

*5. Com base em abalizada doutrina, defende que o consórcio seria uma sociedade em conta de participação, ou um contrato de investimento comum, não caracterizando uma sociedade empresária típica, tanto que despersonalizada e de natureza secreta - seu ato constitutivo não precisaria ser levado a registro. Ademais, a sociedade em conta de participação não teria um capital social, liquidando-se pela prestação de contas e não pela dissolução da sociedade.*

*6. O consórcio seria uma comunhão de esforços, no intuito de adquirir direitos e distribuir filmes com a maior abrangência territorial possível. A expressão "determinado empreendimento" contida no art. 278 da Lei das Sociedades por Ações, impõe que os contratos de participação tenham objeto delimitado, destinando-se a levar a cabo empreendimento determinado, (...) já que a constituição de um consórcio sem objeto ou com objeto genérico (tal como 'prestação de serviços', por exemplo) invadiria os campos das sociedades personificadas".*

*7. Aponta que o equívoco da fiscalização seria considerar que o consórcio somente poderia ter por objeto um único negócio jurídico, sendo aplicável a uma única operação de distribuição de filmes.*

*8. Transcreve, também, o art. 279 da Lei das Sociedades por Ações para afirmar cumprir, rigorosamente, os requisitos ali previstos, ressaltando que a legislação apenas impõe que o*

*prazo de duração conste do contrato constitutivo de consórcio, o que não importaria dizer que deve ser por prazo determinado.*

*9. Faz juntar aos autos outros contratos de consórcio a fim de corroborar que a regra seria no sentido diverso do entendimento do Fisco, ou seja: o objeto do contrato seria meramente determinável e o prazo de duração indeterminado.*

*10. No que tange à ilegalidade da sistemática de arbitramento dos lucros, ressalta ter a fiscalização ignorado que, nos consórcios, as receitas seriam repassadas aos sócios participantes, que seriam incumbidos de efetuar os devidos recolhimentos de tributos. Ao proceder ao presente arbitramento teria a fiscalização desconsiderado que os tributos ora exigidos já teriam sido objeto de declaração, cálculo e recolhimento pelas empresas consorciadas. Nas palavras da defesa:*

*"(..) a eleição dos dados constantes dos livros de notas de serviços, em absoluto detimento do conteúdo das declarações e dos comprovantes de recolhimento de tributos levados a cabo pelos consorciados, demonstra a evidente inadequação dos meios de apuração empregados pela Fiscalização (..)"*

*11. Reitera, mais uma vez, que a situação fática e jurídica impunha uma investigação complementar sobre as declarações, documentos contábeis e comprovantes de recolhimento dos tributos, em poder dos sócios participantes, configurando-se despropositada a autuação baseada apenas e tão-somente nas informações dos Livros de Registro de Notas Fiscais de Serviços Prestados. E conclui:*

*"Deveria a Fiscalização, repita-se, ao menos ter intimado os consorciados para que estes comprovassem o tratamento contábil fiscal dado aos ingressos decorrentes das receitas auferidas pelo Impugnante, evitando-se, com isso, que a mesma exigência fiscal fosse imposta duas vezes às mesmas pessoas, como acabou ocorrendo no caso concreto".*

*12. Argui ainda que a impropriedade da sistemática de arbitramento adotada pela fiscalização revela-se na medida em que se confrontam os valores autuados e os recolhidos por uma das empresas consorciadas, Cannes Produções S/C Ltda., com participação de 66% no capital da Impugnante até junho de 1999, e com 90% do capital, a partir de então, decorrentes da integral declaração das receitas advindas do consórcio.*

*13. Questiona assim o arbitramento dos lucros e a desconsideração dos recolhimentos efetuados pelas entidades consorciadas.*

*14. Requer o cancelamento da exigência.*

*15. Em 03 de setembro de 2004, esta Segunda Turma de Julgamento da DRJ-Campinas, por meio da Resolução nº 448 (fls. 251/253), converteu o julgamento em diligência, para que a autoridade responsável pelo lançamento, mediante análise da*

*escrituração comercial e fiscal do consórcio e das empresas consorciadas, verificasse:*

*1. se os valores das notas fiscais discriminadas na escrituração do livro Registro de Notas Fiscais de Serviços Prestados (cópias de fls. 070/080), foram contabilizadas como receitas nos livros Diário e Razão das empresas consorciadas;*

*2. se as receitas relativas às notas fiscais em questão, e escrituradas pelas consorciadas, foram regularmente oferecidas à tributação, tendo integrado o lucro líquido, para fins de apuração do lucro real, ou o lucro presumido, dependendo da sistemática de tributação adotada pela empresa consorciada.*

*16. Em Relatório Final de Diligência, datado de 16 de abril de 2005 (fls. 261/264), com base em demonstrativos, na escrituração comercial apresentada pelas consorciadas, relativas ao período de 1998 a 2003, e demais documentação colocada à disposição notas fiscais de saída, livros Diário e Razão do consórcio; Darf, DIPJ, DIRF e DCTF das consorciadas, concluiu o agente fiscal responsável pelo feito que "as Receitas auferidas pelo Consórcio foram integralmente contabilizadas, sendo oferecidas à tributação pelas empresas Consorciadas, na proporção da participação de cada uma no Consórcio". E ainda: "Assim sendo, s.m.j., encerramos os trabalhos de diligência fiscal concluindo que as receitas do Consórcio foram oferecidas à tributação, tendo integrado o lucro líquido, para fins de apuração do lucro real, ou o lucro presumido, dependendo da sistemática de tributação adotada por cada empresa Consorciada, assim como informados em DCTFs os valores devidos a título de PIS e Cofins".*

*17. Tendo sido reaberto o prazo de impugnação, não foram apresentadas novas razões de defesa.*

A decisão recorrida julgou improcedente o lançamento impugnado. Adotando a seguinte ementa:

*Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep*

*Data do fato gerador: 31/01/1998, 28/02/1998, 31/03/1998, 30/04/1998, 31/05/1998, 30/06/1998, 31/07/1998*

*Ementa: Consórcio de Empresas. Requisitos. Empreendimento Determinado. Descaracterização.*

*O objeto do consórcio deve ser necessariamente identificado e limitado, sob o risco de configuração de uma sociedade de fato. A distribuição,-produção e co-produção- de-vídeos, filmes em vídeo, cinema ou televisão não pode ser % caracterizada como um empreendimento determinado, para fins de respaldar a constituição de um consórcio de empresas nos termos da*

---

*legislação comercial. É necessário que o empreendimento seja determinado quanto ao contrato ou negócio jurídico especificamente envolvido.*

*Consórcio de Empresas. Requisitos. Definição de Obrigações e Responsabilidade de Cada Consorciada. Descaracterização.*

*Os consórcios formam centros autônomos de relações jurídicas entre as sociedades consorciadas, devendo cada uma delas ter função diversa e identificada quanto aos meios, recursos e aptidões. Para a constituição regular de consórcio de sociedades, nos termos da legislação em vigor, é necessária a definição, nas cláusulas contratuais, das obrigações e responsabilidades de cada sociedade consorciada, e das prestações específicas.*

*Descaracterização do Consórcio. Efeitos Fiscais.*

*Não basta a demonstração de que um agrupamento de empresas não se subsume às normas jurídicas aplicáveis aos consórcios. É necessário que, em se verificando a irregularidade na forma de constituição do grupo, ao considerar a entidade consorciada como uma sociedade de fato, seja demonstrado o prejuízo ao Erário decorrente da forma de organização indevidamente utilizada pelo empreendimento.*

*Na ausência de um aprofundamento do trabalho de fiscalização para a verificação do real prejuízo ao Erário decorrente da forma consorcial indevidamente adotada pelo empreendimento, cumpre reconhecer que a manutenção do presente lançamento implicaria em duplicidade de exigências sobre fatos já oferecidos à tributação pelas consorciadas.*

*Lançamento Improcedente*

Tendo sido ultrapassada a alçada de julgamento vigente à época da decisão de primeira instância foi interposto recurso de ofício, na forma do disposto no artigo 34 do Decreto nº 70.235/72.

Os autos foram enviados ao antigo Terceiro Conselho de Contribuintes e fui designado como relator do presente recurso voluntário, na forma regimental. Tendo sido criado o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, e mantida a competência deste Conselheiro para atuar como relator no julgamento deste processo, na forma da Portaria nº 41, de 15 de fevereiro de 2009, requisitei a inclusão em pauta para julgamento deste recurso.

É o Relatório.

**Voto**

Conselheiro MARCELO RIBEIRO NOGUEIRA - Relator, Relator

Deixo de conhecer deste recurso, pois o valor exonerado pela decisão de primeira instância é inferior ao valor de alçada atualmente vigente, conforme se extrai do demonstrativo do crédito tributário constante da decisão recorrida (fls. 268).

Com a edição da Portaria MF nº 3, de 3 de janeiro de 2008, o limite de alçada para que o Presidente da Turma da DRJ recorra de ofício da decisão tomada passou de R\$ 500.000,00 para R\$ 1.000.000,00, com a revogação expressa da Portaria MF nº 375, de 7 de dezembro de 2001. É o seguinte o texto da nova Portaria:

*O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 34 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, com a redação dada pelo art. 67 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e no § 3º do art. 366 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com a redação dada pelo art. 1º do Decreto nº 6.224, de 4 de outubro de 2007, resolve:*

*Art. 1º O Presidente de Turma de Julgamento da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) recorrerá de ofício sempre que a decisão exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo e encargos de multa, em valor total superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).*

*Parágrafo único. O valor da exonerção de que trata o caput deverá ser verificado por processo.*

*Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.*

*Art. 3º Fica revogada a Portaria MF nº 375, de 7 de dezembro de 2001.*

Observo que valor exonerado no presente processo, conforme consta da própria decisão recorrida, tem valor de R\$ 119.357,42, estando dentro do limite de alçada e desautorizando o recurso de ofício, que, como consequência, não deve ser conhecido por este Colegiado.

Neste sentido é a jurisprudência dos Conselhos de Contribuintes:

*EXERCÍCIO: 2001*

*PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - REEXAME  
NECESSÁRIO AO LIMITE DE ALÇADA E AMPLIAÇÃO DE CASOS*

---

*PENDENTES - Aplica-se aos casos não definitivamente julgados o novo limite de alçada para reexame necessário, estabelecido pela Portaria MF nº. 03, de 03/01/2008 (DOU de 07/01/2008).*

*Recurso de Ofício não conhecido. (Recurso nº 165.003, Quarta Câmara do Primeiro Conselho, unânime, relatora Conselheira Maria Helena Cotta Cardozo)*

*Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL*

*Ano-calendário: 1998*

*Ementa:*

*PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - RECURSO DE OFÍCIO - LIMITE DE ALÇADA - Não se conhece de recurso de ofício interposto em decisão que exonera o sujeito passivo de crédito tributário (tributo e multa) inferior ao limite de alçada previsto no artigo 34, I, do Decreto nº 70.235/72, com as alterações introduzidas por meio da Lei nº 9.532/97 e Portaria MF nº 03/2008.*

*Recurso de Ofício Não Conhecido. (Recurso nº 152.384, Oitava Câmara do Primeiro Conselho, unânime, relator Conselheiro Nelson Lósso Filho)*

*RECURSO DE OFÍCIO - ALTERAÇÃO NO LIMITE DE ALÇADA - TEMPUS REGIT ACTUM - RETROATIVIDADE LEGÍTIMA - É legítima a aplicação do novo limite de alçada para impedir a apreciação de recurso de ofício interposto quando vigente limite inferior. Retroatividade legítima que não fere qualquer direito consolidado, pois a alteração do limite para maior é feita pela própria administração, única interessada na apreciação do recurso. (Recurso de Ofício).*

*Recurso de ofício não conhecido por falta de objeto. (Recurso nº 151.280, Quinta Câmara do Primeiro Conselho, unânime, relator Conselheiro José Carlos Passuello – transcrição parcial)*

Desta forma, VOTO por não conhecer do recurso de ofício.

MARCELO RIBEIRO NOGUEIRA - Relator

